

Idade, Incapacidade e a Inflação do Número de Pessoas com Deficiência*

Marcelo Neri*
Wagner Soares♦

Palavras-Chave: pessoas portadoras de deficiência; análise de correspondência; regressão logística; Censo Demográfico de 2000.

Resumo

Estudamos a evolução do número das pessoas com deficiência, através da consolidação e condensação de um vasto acervo de informações, a saber: inquéritos de 1872 e de 1900, Censos de 1920 e 1940; microdados dos suplementos de saúde da Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios (PNAD/IBGE) de 1981; da Pesquisa de Condições de Vida (PCV/Seade); e os microdados censitários de 1991 e 2000. O Censo Demográfico de 2000 informa que 24,5 milhões de brasileiros são portadores de deficiência no país, 14,5% da população, número bastante superior aos levantamentos anteriores: menos de 2%. Isto não ocorre porque tenha aumentado a incidência de deficiências, mas pela mudança dos instrumentos de coleta de dados seguindo as últimas recomendações da OMS, incorporando ao universo das deficiências aqueles com “alguma ou grande dificuldade de andar, ouvir ou enxergar”. Tal inovação permite realizar um diagnóstico diferenciado de acordo com o grau de deficiência. Propomos a separação no grupo de deficientes em geral do grupo com maior gravidade das deficiências reportadas, aqui convencionadas como Pessoas Perceptora de Incapacidade (PPIs). Três metodologias distintas (análises bivariadas, regressões logísticas e análise de correspondência) apontam a questão etária como principal determinante para o advento das deficiências em geral, mas não tanto para incapacidades. Concluimos que o Censo Demográfico de 2000 ao incorporar no universo das deficiências aquelas do tipo “alguma ou grande dificuldade” acabou por classificar grande parte da população idosa como tal, o que sugere a aplicação de políticas distintas para cada grupo.

* Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18- 20 de Setembro de 2004.

* Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e EPGE/FGV.

♦ DPE/IBGE.

Idade, Incapacidade e a Inflação do Número de Pessoas com Deficiência*

Marcelo Neri*
Wagner Soares♦

1 - Introdução¹

O mundo, segundo a ONU, abriga cerca de 500 milhões de pessoas com deficiências das quais 80% vivem em países em desenvolvimento. Os dados do Censo de 2000 informam que 24,5 milhões de brasileiros são portadores de deficiência, 14,5% da população, número bastante superior aos levantamentos anteriores, menos de 2%. O Censo 2000 multiplicou por 12 a participação das PPDs face aquela observada no Censo de 1991. Isto não decorre do aumento da incidência de deficiências, mas da mudança dos instrumentos de coleta de informações, em obediência às últimas recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Esse expressivo contingente populacional vem aumentar a necessidade de promover um amplo diagnóstico deste segmento da população brasileira, a fim de contribuir para o desenho e implementação de ações de inclusão social.

A principal diferença do Censo 2000 para os levantamentos anteriores é conceitual, atribui-se o título de PPDs não somente as pessoas consideradas incapazes, mas também àquelas que reportaram possuir grande ou alguma dificuldade permanente de enxergar, ouvir e caminhar, fato não observado nos inquéritos domiciliares passados.

O objetivo deste artigo é elaborar um mapa de conhecimento sobre o universo das pessoas portadoras de deficiência (PPDs), de forma a subsidiar políticas e ações dos setores público, privado e da sociedade civil. Identificamos o perfil sócio-econômico-demográfico desse universo, através do processamento e consolidação de um vasto acervo de informações estatísticas. Em termos de base estatísticas usamos dados secundários mais antigos, como os inquéritos de 1872 e de 1900, os censos de 1920 e de 1940, bem como o processamento de microdados a nível individual entre os quais listamos os suplementos de saúde da Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios (PNADs) de 1981 do IBGE e a Pesquisa de Padrões de Vida da Fundação Seade de 1998. A ênfase da análise e processamento recai sobre os microdados censitários de 1991 e de 2000 que passaram por força legal a cobrir o universo de PPDs.

A nova estrutura do questionário do Censo 2000 dedica cinco questões ao tema da deficiência, e não apenas uma como no Censo de 1991, seguindo modernos e adequados preceitos de preservar a liberdade de expressão dos sujeitos entrevistados sobre sua situação e do meio em que está inserido. A resposta não cabe ao recenseador mas ao entrevistado baseado na sua subjetividade. Ele é demandado a levar em conta em sua resposta o efeito do acesso a instrumentos para lidar com deficiências como óculos, próteses, aparelhos de audição etc.

* Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18- 20 de Setembro de 2004.

♦ Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e EPGE/FGV.

♦ DPE/IBGE.

¹ Gostaríamos de agradecer à Fundação Banco do Brasil pelo financiamento conferido à pesquisa “Retratos da Deficiência no Brasil”, e à excelente assistência de pesquisa desempenhada por Alexandre Pinto de Carvalho, Hessia Guillermo, Hugo Segriolo Simas, Fabiano da Silva Giovanini, Luisa Carvalhaes Coutinho de Melo, Costilla e Samanta dos Reis Sacramento.

Um fato verificado é que o último Censo Demográfico ao aumentar a heterogeneidade deste grupo descolou os resultados empíricos encontrados em relação àqueles da literatura específica. Por exemplo: entre as PPDs 27% não tem nenhum nível de instrução enquanto que na população em geral esse número chega a 25%; a maioria das PPDs são chefes de família (47,7%), dentre outros resultados. A solução encontrada no texto foi trabalhar além do número oficial de PPDs, trabalhar com um número de pessoas com percepção de incapacidade (PPIs), aqui convencionados como aqueles com pelo menos alguma incapacidade de andar, ouvir ou enxergar, deficientes mentais, paraplégicos, falta de membro ou parte dele, deixando de fora aqueles com alguma ou grande dificuldade de caminhar, ouvir ou enxergar. O termo incapaz aparece no Censo Demográfico de 2000 representando um grau mais alto de um dado tipo de deficiência em relação às categorias grande dificuldade, ou alguma dificuldade, tal como percebido pelo entrevistado e levando em conta o ambiente externo.

O interessante desse tipo de análise é que quando somente se avalia o universo de PPIs, excluindo os indivíduos com “dificuldade”, esse corresponde a cerca de 2,5%, ou seja, um percentual bem próximo daquela obtida no Censo Demográfico de 1991 e na PNAD 81. Os resultados desse universo estão em maior conformidade com a literatura técnica e a expectativa do cidadão comum. Entre as PPIs 42,5% não tem nenhum nível de instrução, enquanto que a sua maioria se constitui de filhos (37,8%) e não de chefes de família como no universo de PPDs.

Ressalta-se que na apresentação dos resultados fomos fiéis aos termos usados nos questionários de cada época em que os mesmos foram aplicados. Como os primeiros dados analisados datam desde antes da abolição da escravatura no país, é natural que a terminologia então usada pareça hoje inadequada. A melhor forma de respeitar a opinião dos entrevistados de cada época, é preservar o contexto em que a informação foi coletada. Apesar da restrição artística imposta pela estrutura das perguntas sobre deficiências contidas nos questionários, não nos permitimos retocar os auto-retratos pintados por sucessivas gerações de brasileiras.

2 – Metodologia

Em primeiro lugar usamos tabelas bivariadas (tabela 1) com intuito de fornecer as taxas de incidência de deficiência dentre os diferentes grupos de atributos. Em seguida utilizamos duas metodologias para avaliar os diferentes perfis das pessoas portadoras de deficiência e incapacidade: regressões logísticas e análise de correspondência. A regressão Logística, por ser um experimento controlado, permite analisar as chances de ocorrência de um determinado evento para um indivíduo com iguais atributos, exceto um. Por exemplo, pode-se comparar as chances de indivíduos com o mesmo sexo, raça, UF, exceto a idade, de serem portadores de deficiência. Essa estatística é chamada de razão de chances (*odds ratio*) e é derivada da exponencial dos parâmetros estimados para cada categoria da regressão logística. Para ser mais claro, se a razão de chances de se tornar PPD para mulheres em relação aos homens - cujo demais atributos das variáveis embutidas na regressão são exatamente iguais - é 2, então ser do sexo feminino teria duas vezes mais chances de adquirir deficiência em relação ao atributo de ser homem.

Os modelos logits aqui estimados avaliam as chances de indivíduos de serem PPDs e PPIs, segundo um elenco de variáveis sócio-demográficas tomadas conjuntamente: Sexo; Cor; Faixas; Unidade da Federação; Tamanho de Cidade. Estes modelos limitam o número de variáveis explicativas àquelas que podem ser consideradas numa primeira aproximação como dadas ou exógenas, evitamos variáveis como renda e educação que são mais diretamente influenciadas pela posse de deficiências. O modelo que explica o evento PPDs

está representado na tabela 3, enquanto que o modelo com variável endógena PPIs encontra-se na tabela 4.

A análise de correspondência permite avaliar o contingenciamento de variáveis categóricas, examinando a “nuvem” de pontos formada numa dimensão desejada. Já a dispersão desses pontos no espaço possibilita examinar a semelhança entre os perfis dos indivíduos ou variáveis. A análise de correspondência permite o uso da distância qui-quadrada como critério de semelhança entre os perfis. Para melhor esclarecer, se, no presente estudo, à distância qui-quadrada entre um dado atributo e o fato de ser PPD for menor que a distância desse mesmo atributo e o fato de não ser PPD, pode-se então concluir que essa característica é mais associada à PPDs do que à não PPDs. Agora imagine, todos esses atributos, ao mesmo tempo, projetados em um gráfico de dimensão desejada. Tal fato, possibilitaria, sem dúvida, uma melhor e mais abrangente inferência dos perfis entre as PPDs e as PPIs.

Conforme já comentado, a necessidade de redução da dimensionalidade é também uma das principais razões para o uso dessa técnica. O uso de análise de correspondência possibilita observar a configuração dessas categorias em um espaço de poucas dimensões sem perder a variabilidade original dos dados. A análise encontra um primeiro eixo de tal modo que a distância dos pontos a esse eixo seja a menos possível (distância projetada no eixo a maior possível). Em seguida encontra um segundo eixo ortogonal ao primeiro, derivado pelo mesmo procedimento, e assim por diante. O objetivo é obter, com a menor quantidade de eixos ortogonais de menor variância, o perfil dos indivíduos (objetos) segundo os atributos de interesse.

3 – Retratos da Deficiência ou Incapacidade no Brasil

3.1 - Retratos Antigos das PPDs: A Evolução do Conceito no Tempo

Apresentamos aqui uma sucessão de retratos das pessoas com deficiência desde antes da libertação dos escravos no século XIX até o limiar do século XXI. Preservamos no texto os termos originais utilizados em cada levantamento, alguns podem parecer “politicamente incorretos” desde uma perspectiva atual.

Nos inquéritos domiciliares de 1872 e de 1900 ao Censo Demográfico de 1920 investigou-se o universo das pessoas portadoras de deficiência visual, exclusivamente os indivíduos cegos, e os surdos-mudos. Para cada 10.000 habitantes em 1872, cerca de 15,6 e 11,4 eram cegos e surdos-mudos, respectivamente, enquanto que a incidência dessas deficiências na população de 1920 foi de 9,7 e 8,5.

Já o Censo de 1940 além de investigar os cegos e os surdos-mudos, procurou também contemplar a natureza dessas deficiências sensoriais. Das 64.482 pessoas que declararam possuir cegueira, 64,7% admitiram que a natureza da deficiência se deu por motivo de doença adquirida ao longo da vida, ao passo que aproximadamente 21% reportaram que adquiriram a deficiência em acidente, 10,4% por motivo de nascença e 3,7% não declararam a causa do agravo. Dentre as pessoas portadoras de incapacidades sensoriais com idade mais avançada a maioria são cegos por motivo de doença, sendo que 73% da população deficiente com mais de 80 anos de idade; 56% de 50 a 59 anos. Este número cai paulatinamente à medida que caminhamos em direção ao início do ciclo da vida, dentre aqueles com idade de 0 a 19 anos, apenas 15% declararam possuir cegueira por motivo de doença, revelando como essa causa de incapacidade visual acompanha o processo de envelhecimento.

Diferentemente do Censo de 1940, a PNAD de 1981, abrangeu um universo maior de deficiências, assim distribuídas: cegueira (8,29%); surdez (8,69%); surdo-mudez (4,39%); retardamento mental (32,7%); falta de membro (s) (6,11%); paralisia total (5,09%); paralisia

de um dos lados do corpo (11,9%); outro tipo de deficiência (16,9%); mais de um tipo de deficiência (5,77%). Cerca de 1,78% da população brasileira daquele ano era constituída de PPDs. Mesmo quando restringimos a análise, às deficiências sensoriais (cegueira, surdez e surdo-mudez) a taxa se apresenta em patamar bem superior àqueles dos levantamentos de 1920 (0,3% de cegos e 0,26% de surdos-mudos) 1900 (0,19% de cegos e 0,07% de surdos-mudos), e 1872 (0,16% de cegos e 0,12% de surdos-mudos). Esta diferença pode ser creditada às mudanças dos instrumentos de coleta da população contemplada e da própria mutação da percepção da sociedade do conceito de deficiências sensoriais.

O Censo de 1991 também possibilitou avaliar o universo mais amplo de tipos de PPDs, cuja distribuição se dá da seguinte forma: cegueira (8,7%); surdez (10,6%); deficiência mental (39,5%); falta de membro (s) ou parte dele (8,6%); paralisia total (2,86%); paralisia de um dos lados do corpo (12,2%); paralisia nas pernas (12,1%); mais de um tipo de deficiência (5,28%). No ano de 1991, cerca de 1,15% da população brasileira era de PPDs, número próximo do obtido no ano de 1981.

Temos ainda a Pesquisa de Condições de Vida da Fundação Seade, cujos microdados possibilitam, para o ano de 1998, traçar um perfil das pessoas portadoras de deficiência da maior cidade brasileira. De acordo com os dados da PCV para o ano de 1998 cerca de 1,03% da população da Grande São Paulo eram portadores de deficiência, sendo que um percentual mais elevado foi obtido para portadores de algum tipo de dificuldade (audição, visão e locomoção), 5,56%.

3.2 - Retrato de Alta Definição: O Censo 2000

O universo de PPDs considerados no Censo Demográfico de 2000 se distribui da seguinte forma: deficiência mental (11,5%); tetraplegia, paraplegia, ou hemiplegia (0,44%); falta de um membro ou parte dele (5,32%); alguma dificuldade de enxergar (57,16%); alguma dificuldade de ouvir (19%); alguma dificuldade de caminhar (22,7%); grande dificuldade de enxergar; grande dificuldade de ouvir, grande dificuldade de caminhar; incapaz de ouvir (0,68%); incapaz de caminhar (2,3%); incapaz de enxergar (0,6%). Observamos que segundo este levantamento as pessoas com alguma dificuldade de enxergar são a grande maioria, diferentemente dos levantamentos 1981 e de 1991, onde os indivíduos que apresentavam retardamento mental correspondiam cerca de 32,7% e 39,5% do total das deficiências.

Separando a população por faixas etárias, verificamos que os indivíduos com mais de 60 anos são a parcela mais representativa entre o universo de PPDs, 29,34%, ao passo que esse número entre a população de não deficientes é de apenas 5,04%. As pessoas com e sem deficiência se distribuem distintamente segundo a idade. Entre a população não deficiente os indivíduos de 0 a 24 anos representam cerca de 55% do total, enquanto que entre a população de PPDs esse percentual chega a 18,43%. Desse modo, em oposição ao universo de PPDs, onde as pessoas idosas são a parcela mais representativa, na de pessoas sem deficiência os jovens lideram. Este é um resultado bastante intuitivo já que as pessoas tendem a adquirir deficiências ao longo de seus ciclos de vida.

Em relação à taxa de deficiência, observa-se um crescimento monotônico à medida que os indivíduos ficam idosos, o que confirma o forte impacto do processo do envelhecimento na incidência das deficiências. Verifica-se que entre as pessoas com mais de 60 anos a possibilidade de contrair uma deficiência é de 49,64%, ao passo que esse número entre crianças de zero a quatro anos é de apenas 2,26%. Quanto às taxas de incapacidade (PPIs), essas, também aumentam monotonicamente ao longo do tempo. A taxa de incapacidade para as pessoas com mais de 60 anos é de 7,3%, número esse bastante inferior do encontrado para o advento da deficiência em geral.

Entretanto, quando se avalia as PPIs, observa-se que o acúmulo dos anos de vida estaria menos associado com o advento dessas deficiências do que as verificadas em geral nas PPDs. Uma evidência é que quando são avaliados apenas os indivíduos PPDs com menos anos de vida, isto é, com 0 a 4 anos, a participação de PPIs chega a 57%, enquanto que entre os PPDs com mais de 60 anos o percentual de PPIs é de 14,7%.

Em geral verifica-se que o acúmulo dos anos de vida relaciona-se com a presença de deficiências em geral e também com as incapacidades, embora essas últimas tenham menor associação com a idade quando comparadas com as deficiências do tipo “alguma ou grande dificuldade de ouvir, andar ou enxergar”, cuja relação com o processo natural do envelhecimento tende a ser mais acentuada.

Nas razões de chances condicionais, estimadas pela regressão logística, o efeito-idade passa a ser controlado pelos demais atributos individuais, pois comparamos indivíduos iguais em tudo menos nas suas respectivas idades. Para os indivíduos com idade de 16 a 34 anos, as chances tanto de adquirir deficiência quanto de incapacidade são menores quando comparadas às pessoas com até 15 anos de idade: indivíduos com 16 a 24 anos têm chances reduzidas em 68% e em 44% de serem PPDs e PPIs, respectivamente.

Entretanto, essas chances crescem mais rápido para o grupo de PPDs do que o grupo de PPIs a partir dos 45 anos de idade. Em resumo, observa-se que dentre o grupo de indivíduos com idade inferior a 45 anos, aqueles com menos de 15 anos têm chances mais elevadas de adquirir tanto deficiência quanto incapacidade, e, a partir dessa idade, o acúmulo dos anos de vida é preponderante para adquirir deficiências em geral, mas não tanto para o advento das incapacidades.

Um exemplo é que indivíduos com mais de 67 anos de idade têm 495% a mais de chance de ser PPD quando comparado aos indivíduos com até 15 anos de vida, ao passo que essa razão de vantagens estimada no modelo das PPIs chega a 225%.

Em relação ao gênero, verifica-se que a maioria das pessoas com deficiência são representadas por mulheres - cerca de 53,58% do universo em questão. A maior propensão à deficiência feminina relaciona-se ao fato delas apresentarem uma expectativa de vida mais longa, estando mais propensas a limitações funcionais características da idade avançada. Quanto à taxa de deficiência, verificamos que entre as mulheres, 15,28% são portadoras de deficiência, enquanto que esse número entre os homens chega a 13,66%, o que confirma que entre elas a incidência de deficiências é maior. Agora, quando comparamos as taxas de deficiência para aqueles com 67 anos ou mais de idade, as estatísticas de homens (55,4%) e mulheres (56,3%) são praticamente idênticas.

Quando a análise é feita entre os diferentes graus de deficiência chega-se a resultados distintos. Em geral, observa-se um contingente maior de pessoas do sexo masculino (55,6%) entre o grupo aqui considerado incapaz (PPIs). Reflexo do fato da taxa de incidência de PPIs, ser maior entre os homens (2,8%) do que entre as mulheres (2,1%).

Esses resultados só corroboram a tese de que o perfil do ciclo de vida das deficiências em geral é mais íngreme do que das incapacidades, uma vez que com o passar dos anos as mulheres, por terem maior expectativa de vida, estariam mais sujeitas do que os homens a adquirirem deficiências do tipo “alguma ou grande dificuldade de caminhar, enxergar e ouvir”. Entretanto, sabe-se que as incapacidades, as doenças mentais, paraplegias e as mutilações estão mais relacionadas com problemas de nascença, acidentes (trânsito, trabalho e outros) e violência urbana, mais prevalentes entre homens jovens do que entre mulheres de qualquer idade.

No que diz respeito a escolaridade, entre os indivíduos sem nenhum grau de instrução, a taxa de deficiência é de 15,98%, ao passo que entre aqueles com mais de 12 anos de estudo chega a 19,77%. Conclusão: a incidência é maior no extrato populacional mais educado. A constatação parece chocar-se com a literatura anterior de PPDs, que aponta para

um alto grau de exclusão desse grupo na escola. Entretanto, esse fato também pode ser explicado pela questão do acúmulo dos anos de vida, uma vez que pessoas mais educadas têm uma sobrevida maior, e, portanto, seriam mais passíveis a adquirir algumas limitações funcionais. Conforme se viu na seção de idade, os indivíduos adquiriram essas deficiências com passar dos anos, e em geral após a fase de inserção educacional. Como já salientado o grande contingente de PPDs com mais de 60 anos se deve muito ao conceito utilizado no Censo 2000, que abrange deficiência do tipo “dificuldade”, verificando assim uma alta taxa de escolaridade entre os PPDs.

Mas quando essa análise é feita para o grupo de PPIs, por exemplo, é possível diagnosticar uma elevada demanda reprimida por educação por parte desse subgrupo populacional. Observa-se que entre os PPIs o percentual de indivíduos sem instrução é de cerca de 42,5%, diferentemente do encontrado para o de PPDs (27,6%) e para o de não deficientes (24,5%). Quanto a taxa de incidência de incapacidade (PPIs), ela é maior para os indivíduos com menos de um ano de instrução completa (4,27%). Identifica-se um comportamento monotonicamente decrescente das taxas de incapacidade à medida que os indivíduos vão conquistando anos de escolaridade, exceto aqueles com mais de 12 anos de estudo, cuja taxa se aproxima daquela obtida entre a população sem instrução. Esse tipo de resultado nos parece mais consistente com a literatura técnica bem como com a intuição do cidadão comum.

Também avaliamos o contingente de pessoas que tem mais de 67 anos, e a tabela 2 apresenta a análise bivariada com esse “filtro” etário. A princípio observa-se que mais da metade (56%) da população com mais de 67 anos informou possuir alguma deficiência, o que nos remete novamente ao papel da idade na presença das deficiências. O caso é grave entre os idosos sem instrução, cuja taxa de deficiência é de aproximadamente 65%, e entre os residentes em aglomerado rurais (67%), o que poderia estar relacionado com menor escassez dos serviços de saúde e de tratamento especializados nessas áreas. Do total das pessoas portadoras de deficiência (PPDs) acima de 67 anos, cerca de 57% são do sexo feminino, o que reforça a tese das mulheres marcarem maior presença nos índices, por conta da superior expectativa de vida em relação aos homens. Outro fato relevante é que entre os indivíduos com mais de 67 anos que vivem em domicílios coletivos, 75% são portadores de deficiência - é alta a incidência de idosos que moram em asilos, casas de caridade, leitos hospitalares, hospitais psiquiátricos serem PPDs. Tal fato pode refletir o abandono familiar entre as pessoas portadoras de deficiência.

No que diz respeito aos diferentes tipos de deficiência entre os idosos, 16% são incapacidades (PPIs), ao passo que esse número no total da população chega a 17,3%. O contrário se observa em relação as “dificuldades”, pois 31% dos idosos admitiram ter algum problema de audição, ao passo que na população geral o percentual chega a 19%. Entre os que afirmaram com dificuldade de caminhar, 36% tem essa deficiência, problema registrado em 22% dos brasileiros.

Esses resultados reforçam a hipótese de que o acúmulo dos anos de vida associa-se mais com a incidência das “dificuldades” de caminhar, ouvir ou enxergar, do que das incapacidades. Isto permite defender a tese de que a iniciativa do Censo Demográfico de 2000, em contemplar os indivíduos com alguma ou grande dificuldade no universo das deficiências, classificou grande parte da população idosa como tal.

3.3 - Retrato Panorâmico das PPDs e seus atributos

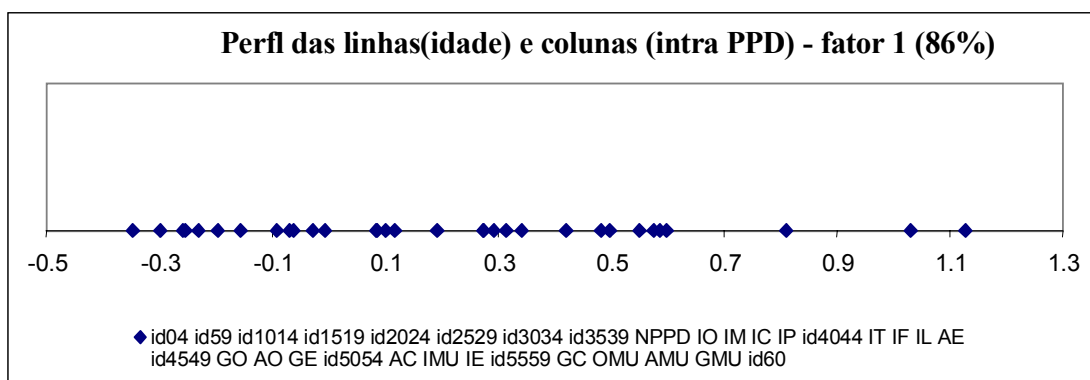
Com o intuito de melhor informar como os atributos aqui selecionados se relacionam com os diferentes tipos de deficiência, procurou-se fazer uso da análise de correspondência. Procurou-se desagregar ao máximo as várias deficiências conforme apresentado na tabela 6.

Para melhor visualização dos pontos no gráfico, excluiu-se os atributos que menos contribuíam para a inércia dos eixos derivados. Com apenas dois eixos é possível representar 96% da variabilidade dos dados originais - o primeiro responde por 86% do conjunto dessas informações. Nesse caso, como o objetivo da análise de correspondência é representar o conjunto de dados em um menor número de eixos derivados, basta olhar apenas para o primeiro eixo, ou seja, em vez da análise ser centrada na observação das nuvens de pontos plotadas em um plano, é necessário ver somente como essas se distribuem na reta ou no eixo, uma vez que representa quase a totalidade das variações.

Na figura 1 analisamos o perfil colunas, ou diferentes tipos de deficiência, e o perfil de linhas, aqui representado pelas faixas etárias. No perfil coluna o primeiro ponto plotado no eixo fatorial 1 representa as pessoas não portadoras de deficiência (NPPD), aparecendo à direita pontos referentes às pessoas com os diferentes tipos de deficiência. Observa-se em geral, por meio da proximidade desses pontos, quatro grupos de deficiência que possuem perfis semelhantes: o grupo de não deficientes (situados no extremo esquerdo do primeiro eixo); apenas com incapacidade (localizados na região central do eixo); somente alguma ou grande dificuldade (à direita do centróide – marco zero do eixo); aqueles com deficiências múltiplas (na extremidade direita do eixo 1).

Quando avaliamos no eixo ou fator 1 os perfis linhas, ou seja, os atributos individuais, restringiremos a análise apenas ao atributo idade pois é a principal característica que contribui para inércia desse fator. O resultado mais relevante da análise do fator ou eixo 1 é que esse fator divide os atributos em dois grandes grupos: os associados aos indivíduos mais jovens (situados à esquerda do centróide) e o grupo dos indivíduos com mais idade (situados à direita).

Figura 1



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000/IBGE.

Idade (Id). Ex: Idade entre 0 e 4 anos (id04)
Não-Portadoras de Deficiência (NPPD)
Alguma dificuldade para enxergar (AE)
Alguma dificuldade para ouvir (AO)
Alguma dificuldade múltipla (AMU=Ac ou AE ou AO)
Grande dificuldade para enxergar (GE)
Grande dificuldade para caminhar (GC)
Grande dificuldade para ouvir (GO)
Grande dificuldade múltipla (GMU=GE ou GC ou GO)
Com deficiência mental (IM)
Falta de membros (IC)
Incapacidade para caminhar (IC)
Incapacidade para ouvir (IO)
Incapacidade para enxergar (IE)
Paralisia de um dos lados do corpo (IL)
Paralisia das pernas (IP)
Paralisia total (IT)
Incapacidades múltiplas (IMU=IM ou IF ou IC ou IQ ou IE ou IL ou IP ou IT)
Outras deficiência múltiplas (OMU)

A figura 1 mostra claramente esse efeito, pois ao plotar idade com as deficiências observa-se que à medida que se caminha ao longo do eixo ou fator 1 verifica-se que o perfil de idade aumenta gradativamente. Esse efeito é forte o suficiente para dar nome ao eixo ou fator 1, chamando-o de “fator idade”. Como em todas técnicas de redução de dimensionalidade, na análise de correspondência, damos nome aos eixos por meio das importâncias relativas que categoria contribui e influencia para inércia dos fatores. No caso em questão as categorias de idade são as que mais influenciam para inércia do primeiro eixo ou fator, e, por isso, nada mais razoável de chama-lo de fator idade.

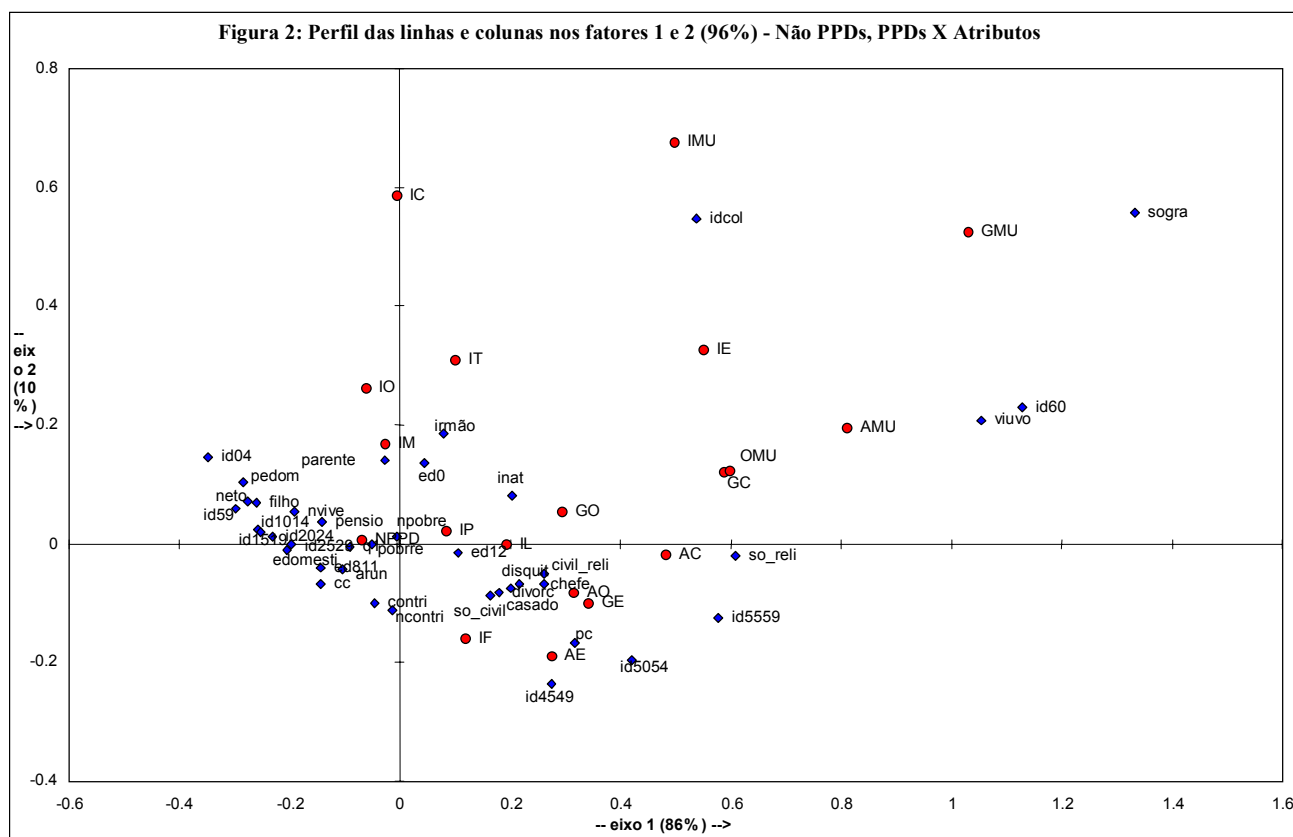
Os pontos à esquerda do gráfico mais distantes do centróide são aqueles que representam as faixas etárias que vão de 0 a 38 anos, os indivíduos mais jovens, que, por sua vez, tendem a ser em maior grau não deficientes, seguidos dos portadores de incapacidade mental e de ouvir. O perfil de idade das pessoas com alguma ou grande dificuldade de andar, escutar ou caminhar abrange as faixas etárias que vão de 45 a 59 anos, ao passo que aquelas com grande dificuldade múltipla têm mais de 60 anos.

Em resumo, os resultados aqui encontrados acabam sustentando a tese que a idade é um fator preponderante para as deficiências em geral, mas não tanto para as incapacidades, pois o idoso tem alguma dificuldade de enxergar, ouvir, andar ou com varias deficiências conjuntamente, ao passo que os jovens tendem a não possuí-las, e, caso contrário, elas

apresentam-se mais graves, ocasionando incapacidades (ouvir, enxergar ou caminhar), deficiências mentais, paralisias totais e das pernas e a falta de membro.

No que diz respeito aos demais perfis de atributos (ou seja, não só a idade), as características também podem ser plotadas em apenas um eixo, mas como as categorias encontram-se não muito dispersas, a visualização dos pontos em apenas uma dimensão torna-se bastante difícil. Nesse caso, para melhor visualização avalia-se os pontos em um plano, ou seja, verifica-se simultaneamente os perfis linhas com os perfis coluna utilizando dois eixos, cuja representatividade das variações dos dados originais é de 96%. Na figura 2 observa por meio do exame da proximidade dos pontos que a maioria dos atributos (perfil de linhas ou pontos em azul) tendem a se concentrar próximos aos indivíduos não deficientes, enquanto que outras características pontuais se assemelham aos diferentes tipos de deficiência.

Características como pensionista, pobre, não pobre, primeiro quartil de renda, área rural, com e sem carteira de trabalho, mais jovens (0 a 4 anos, 10 a 14 anos, 15 a 19 anos, 20 a 24 anos, 25 a 29 anos), nunca teve vida conjugal, ser filho, neto e 8 a 11 anos de estudo são atributos mais associados aos não deficientes. Nesse caso, o resultado tende a corroborar a hipótese que ser PPDs está ligado fortemente com o fato de acumular anos de vida, uma vez que atributos associados com indivíduos mais velhos como idosos, chefes de família, inativos são perfis das deficiências em geral, ao passo que características como ser filho, neto e nunca ter vida conjugal, relacionadas mais fortemente com os jovens, tendem a se associarem com as deficiências que geram incapacidade.



4 - Conclusão

As diferentes bases de dados aqui exploradas retrataram o passado e o presente dos portadores de deficiência, respondendo perguntas do tipo: quantos são, quem são, como vivem, aonde moram, quais são as suas necessidades entre outras? Em linhas gerais, observou-se que os instrumentos de coleta foram se aprimorando ao longo do tempo, permitindo abarcar um maior número de deficientes em seus diferentes tipos e graus de limitações. Esta maior riqueza estatística facilitou a realização de um diagnóstico diferenciado para o grupo de PPDs.

Um fato que permeia toda a análise é a questão da idade, pois o acúmulo de anos de vida traz consigo inúmeras limitações funcionais que, quando permanentes, traduzem-se em deficiências no sentido geral e em incapacidades, apesar dessas últimas sofrerem menor influência do processo natural do envelhecimento, acometendo indivíduos em fases distintas de suas vidas. Uma interpretação de análise aqui defendida é que os novos números oficiais derivados do Censo 2000 ao considerar pessoas com alguma ou grande dificuldade de ouvir, andar ou enxergar no universo das PPDs, classificou grande parte da população idosa como tal. Um simples exemplo é que entre as pessoas com mais de 60 anos a possibilidade de contrair uma deficiência, incluindo as “dificuldades”, é cerca de 50%, enquanto que a taxa de incidência para incapacidade nessa mesma população reduz para 7,3%. Chegamos a essa mesma conclusão através de três metodologias distintas, o que nos permite dar maior robustez a tese aqui levantada.

Em relação à taxa de deficiência e as razões de chance, observa-se um crescimento contínuo à medida que os indivíduos envelhecem, mas um impacto menor sobre as incapacidades. Este ponto é mais do que uma curiosidade analítica: até 2025, mantidas as taxas de deficiência e incapacidades por faixa etária, as taxas agregadas devem atingir 18,6% e 3,01%, respectivamente, crescendo 30,6% e 19,3% em relação a 2000. O que está por trás deste cenário é o crescimento demográfico projetado de 69% da parcela da população acima com 60 anos até 2025. É preciso preparar adequadamente o acervo de políticas e práticas para os efeitos da transição demográfica e da onda de violência, hoje. A ideia é caminharmos em direção à igualdade, sendo preciso considerar a diversidade de necessidades especiais de cada um.

Por meio da análise de correspondência empreendida identificamos o “fator-idade” como determinante fundamental para explicar a posse de diferentes graus de deficiência encontrados: pessoas perceptoras de incapacidade e portadores com deficiência em geral.

Em síntese observamos que o envelhecimento da população brasileira cria um novo quadro onde a incidência de deficiências tem estado cada vez mais relacionadas à males crônico-degenerativos, tais como hipertensão arterial, diabetes, acidentes vasculares-encefálicos, doença de Alzheimer, câncer, osteoporose e outros males que se evidenciam principalmente em pessoas de idade avançada. Concluímos que a idade é o principal elemento para o advento das deficiências, e, sendo assim, as causas da deficiência em geral deveriam ser tratadas como problemas de saúde pública, ou seja, com políticas de segurança e prevenção de acidentes e doenças. Nesse quadro, o papel das políticas de saúde pública passa a ser fundamental para a diminuição das taxas de incidência de deficiência nessa faixa etária, e as políticas de assistência ao idoso deveriam ser tomadas como prioritárias.

Por outro lado, observamos que uma minoria um pouco mais jovem, ou seja, o grupo com incapacidade, necessitam exclusivamente de políticas de inserção social, pois observa-se em geral uma demanda reprimida por parte dessa população nos principais canais de inserção social: educação, família e trabalho. Desse modo, as ações de inclusão deveriam ser prioritárias para esse grupo específico, e as políticas estruturais de reforço de capital, sejam

essas nas suas três modalidades (capital físico, humano e social), poderiam ser tomadas como meios para que o público alvo consiga se inserir permanentemente na sociedade. As PPDs são historicamente o grupo cuja política pública é do tipo mais assistencialista possível, vista por muitos quase como uma esmola. É preciso que, pelo menos, uma parcela expressiva da população composta por PPDs, deixem de ser objetos da mera filantropia institucional para se tornarem sujeitos protagonistas das melhoras alcançadas em suas vidas.

Referências Bibliográficas:

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 1920. Censo Demográfico de 1920. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisas, IBGE-RJ.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 1940. Censo Demográfico de 1940. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisas, IBGE-RJ.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 1981. CD-Room dos Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisas, IBGE-RJ.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 1991. CD-Room dos Microdados do Censo Demográfico de 1991. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisas, IBGE-RJ.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2000. CD-Room dos Microdados do Censo Demográfico de 2000. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisas, IBGE-RJ.

SEADE-SP (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), 1998. CD-Room dos Microdados da Pesquisa de Condições de Vida. São Paulo: Divisão de DST/, SEADE-SP.

Tabela 1: RETRATO SOCIAL DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

	Brasil								
	População Total			Pessoas Portadoras de Deficiência (PPDs)*			Pessoas Portadoras de Incapacidade (PPIs)**		
	Pop. Tot	Comp. Vertical (%)	Comp. Horizontal (%)	Total	Comp. Vertical (%)	Comp. Horizontal (%)	Total	Comp. Vertical (%)	Comp. Horizontal (%)
Total	169872856	100,00	100,00	24600257	100,00	14,48	4267930	100,00	2,51
Sexo									
Masculino	83602317	49,21	100,00	11420545	46,42	13,66	2376051	55,67	2,84
Feminino	86270539	50,79	100,00	13179712	53,58	15,28	1891879	44,33	2,19
Posição na Família									
Chefe	48312256	28,44	100,00	11745183	47,74	24,31	1319620	30,92	2,73
Cônjuge	33580323	19,77	100,00	6092720	24,77	18,14	605844	14,20	1,80
Filho(a)	75598661	44,50	100,00	4621630	18,79	6,11	1618728	37,93	2,14
Pai, mãe, sogro(a)	1613363	0,95	100,00	855842	3,48	53,05	212590	4,98	13,18
Neto(a)	4348085	2,56	100,00	233672	0,95	5,37	77031	1,80	1,77
Irmão, irmã	1939530	1,14	100,00	362157	1,47	18,67	160513	3,76	8,28
Outro parente	2798379	1,65	100,00	390945	1,59	13,97	146880	3,44	5,25
Agregado	691074	0,41	100,00	97232	0,40	14,07	30546	0,72	4,42
Pensionista	154884	0,09	100,00	15516	0,06	10,02	3868	0,09	2,50
Empregado(a) doméstico(a)	393260	0,23	100,00	31420	0,13	7,99	3556	0,08	0,90
Parente do(a) empregado(a) doméstico(a)	8423	0,00	100,00	426	0,00	5,06	168	0,00	1,99
Individual em domicílio coletivo	434617	0,26	100,00	153515	0,62	35,32	88587	2,08	20,38
Faixa etária									
0 a 4	16386239	9,65	100,00	370531	1,51	2,26	211123	4,95	1,29
5 a 9	16576259	9,76	100,00	707763	2,88	4,27	198329	4,65	1,20
10 a 14	17353683	10,22	100,00	1083039	4,40	6,24	265868	6,23	1,53
15 a 19	17949289	10,57	100,00	1165780	4,74	6,49	284200	6,66	1,58
20 a 24	16142935	9,50	100,00	1206254	4,90	7,47	298055	6,98	1,85
25 a 29	13847499	8,15	100,00	1233150	5,01	8,91	286520	6,71	2,07
30 a 34	13029101	7,67	100,00	1363273	5,54	10,46	295665	6,93	2,27
35 a 39	12260820	7,22	100,00	1586339	6,45	12,94	303847	7,12	2,48
40 a 44	10547259	6,21	100,00	2123044	8,63	20,13	293654	6,88	2,78
45 a 49	8726153	5,14	100,00	2370108	9,63	27,16	269933	6,32	3,09
50 a 54	7053133	4,15	100,00	2221532	9,03	31,50	259370	6,08	3,68
55 a 59	5461499	3,22	100,00	1952232	7,94	35,75	235317	5,51	4,31
60 ou mais	14538987	8,56	100,00	7217211	29,34	49,64	1066049	24,98	7,33
Anos de Estudo									
Sem instrução ou menos de 1 ano	42511173	25,03	100,00	6792491	27,61	15,98	1813353	42,49	4,27
1 a 3	31257335	18,40	100,00	5818049	23,65	18,61	872566	20,44	2,79
4 a 7	46979147	27,66	100,00	6744822	27,42	14,36	893353	20,93	1,90
8 a 11	38474140	22,65	100,00	4034478	16,40	10,49	509741	11,94	1,32
12 ou mais	1934112	1,14	100,00	382280	1,55	19,77	78130	1,83	4,04
Ignorado	8716948	5,13	100,00	828135	3,37	9,50	100788	2,36	1,16
Estado Civil									
Casado(a)	50703610	29,85	100,00	10786784	43,85	21,27	1185144	27,77	2,34
Desquitado(a)	2661741	1,57	100,00	615244	2,50	23,11	82090	1,92	3,08
Divorciado(a)	2319575	1,37	100,00	508604	2,07	21,93	60827	1,43	2,62
Viúvo(a)	6231273	3,67	100,00	2937973	11,94	47,15	393572	9,22	6,32
Solteiro(a)	74994159	44,15	100,00	8673357	35,26	11,57	2136846	50,07	2,85
Ignorado	32962498	19,40	100,00	1078294	4,38	3,27	409452	9,59	1,24
Posição na Ocupação									
Desempregado	11837581	6,97	100,00	1532390	6,23	12,95	180088	4,22	1,52
Inativo	59442884	34,99	100,00	12905364	52,46	21,71	2848549	66,74	4,79
Funcionário Público	3693162	2,17	100,00	481967	1,96	13,05	35687	0,84	0,97
Empregado com carteira	23929433	14,09	100,00	2564448	10,42	10,72	241229	5,65	1,01
Empregado sem carteira	16071534	9,46	100,00	2139843	8,70	13,31	206101	4,83	1,28
Conta-própria	15396247	9,06	100,00	2757557	11,21	17,91	240289	5,63	1,56
Empregador	1897842	1,12	100,00	227819	0,93	12,00	21969	0,51	1,16
Não-remunerado	2608533	1,54	100,00	358332	1,46	13,74	40092	0,94	1,54
Próprio consumo	2033141	1,20	100,00	554241	2,25	27,26	44475	1,04	2,19
Ignorado	32962498	19,40	100,00	1078294	4,38	3,27	409452	9,59	1,24

Fonte: CPS/ FGV processando os microdados do Censo Demográfico 2000/IBGE

* Inclui deficiência mental, paraplegia ou falta de membros, pelo menos alguma ou grande dificuldade e incapaz de enxergar, ouvir ou de subir escadas e pelo menos uma incapacidade de enxergar, ouvir ou ler.

** Inclui deficiência mental, paraplegia ou falta de membros, e pelo menos incapacidade de enxergar, ouvir ou ler.

Tabela 2: Regressões Logísticas para variável dependente "Pessoa Portadora de Deficiência" e Pessoa Perceptora de Deficiência"

	Modelo Pessoa Portadora de deficiência (PPD)					Modelo Pessoa Perceptora de Incapacidade (PPI)				
	Estimativa	Erro Padrão	Estatística t	Razão de Chances		Estimativa	Erro Padrão	Estatística t	Razão de Chances	
Condiciona				Não Cond.	Condiciona				Não Cond.	
Sexo										
Intercept	-1,3712	0,0013	-1071,25 **	0,25380221	0,0000	-3,4666	0,00276	-1256,01 **	0,03122301	0,0000
Mulher										
Homem	-0,0411	0,0007	-59,31 **	0,9597	0,8774	0,1556	0,0014	108,06 **	1,1684	1,3047
Cor										
Afro	0,0944	0,0008	123,88 **	1,0990	1,1312	0,0353	0,0016	22,48 **	1,0359	1,0396
nAfro										
Faixas etárias										
Até 15										
16 a 24 anos	-1,1166	0,0019	-593,94 **	0,3274	1,6295	-0,5729	0,0037	-154,84 **	0,5639	1,2803
25 a 34 anos	-0,7410	0,0018	-423,43 **	0,4766	2,3061	-0,3280	0,0036	-92,39 **	0,7204	1,6122
35 a 45 anos	-0,0726	0,0015	-48,40 **	0,9300	4,3922	-0,1179	0,0034	-34,68 **	0,8888	1,9753
45 a 55 anos	0,6890	0,0016	441,67 **	1,9917	9,2650	0,1672	0,0037	44,83 **	1,1820	2,6221
55 a 66 anos	1,0854	0,0017	627,40 **	2,9606	13,8237	0,5033	0,0038	131,07 **	1,6542	3,6799
67 ou mais	1,7848	0,0019	954,44 **	5,9584	27,4533	1,1797	0,0033	355,33 **	3,2534	7,1666
Unidade da Federação										
Acre	0,0704	0,0117	6,02 **	1,0729	1,2855	0,1844	0,0229	8,05 **	1,2025	1,2761
Alagoas	0,2209	0,0051	43,57 **	1,2472	1,5753	0,0859	0,0109	7,88 **	1,0897	1,1783
Amapá	0,0702	0,0129	5,44 **	1,0727	1,1962	-0,0952	0,0287	-3,32 **	0,9092	0,9269
Amazonas	0,1126	0,0054	21,05 **	1,1192	1,2986	-0,0117	0,0116	-1,01	0,9884	1,0347
Bahia	0,0018	0,0027	0,67	1,0018	1,4478	0,0191	0,0056	3,39 **	1,0193	1,1804
Ceará	0,1754	0,0033	53,48 **	1,1917	1,6387	0,0794	0,0069	11,44 **	1,0826	1,2304
Distrito Federal	0,1290	0,0065	19,97 **	1,1377	1,2122	0,0068	0,0145	0,47	1,0068	0,9178
Espírito Santo	-0,1068	0,0051	-21,15 **	0,8987	1,3500	-0,0572	0,0108	-5,30 **	0,9444	1,0922
Goiás	-0,0845	0,0041	-20,76 **	0,9190	1,3042	0,0476	0,0083	5,71 **	1,0488	1,1812
Maranhão	0,1566	0,0038	41,65 **	1,1695	1,5028	0,0736	0,0079	9,29 **	1,0764	1,1873
Mato Grosso	-0,1075	0,0057	-18,86 **	0,8981	1,2327	-0,1172	0,0123	-9,53 **	0,8894	1,0026
Mato Grosso do Sul	-0,1177	0,0063	-30,03 **	0,8289	1,2418	-0,1066	0,0132	-8,08 **	0,9899	1,0592
Minas Gerais	-0,1456	0,0024	-60,92 **	0,8645	1,3674	0,0691	0,0049	14,19 **	1,0715	1,2798
Pará	0,1606	0,0037	44,00 **	1,1742	1,4070	-0,0245	0,0081	-3,04 **	0,9758	1,0291
Paraíba	0,1577	0,0045	35,04 **	1,1708	1,8031	0,0484	0,0095	5,09 **	1,0496	1,3017
Paraná	-0,1977	0,0032	-62,17 **	0,8206	1,2262	-0,0176	0,0065	-2,69 **	0,9826	1,1274
Pernambuco	0,1367	0,0032	43,12 **	1,1465	1,6453	0,1255	0,0066	19,02 **	1,1337	1,3086
Piauí	0,1455	0,0050	29,10 **	1,1566	1,6721	0,0590	0,0106	5,57 **	1,0608	1,2555
Rio de Janeiro	-0,1863	0,0027	-68,49 **	0,8300	1,3580	0,0134	0,0056	2,38 **	1,0135	1,1872
Rio Grande do Norte	0,1675	0,0050	33,23 **	1,1823	1,6723	0,1128	0,0105	10,74 **	1,1194	1,2884
Rio Grande do Sul	-0,1789	0,0030	-59,04 **	0,8362	1,3862	-0,0853	0,0064	-13,27 **	0,9182	1,1252
Rondônia	-0,0155	0,0076	-2,05 **	0,9846	1,2479	-0,1226	0,0167	-7,34 **	0,8846	0,9670
Roraima	-0,0363	0,0160	-2,27 **	0,9644	1,1159	-0,1991	0,0364	-5,47 **	0,8195	0,8401
Santa Catarina	-0,1244	0,0040	-30,79 **	0,8830	1,2941	-0,0487	0,0085	-5,70 **	0,9525	1,0905
Sergipe	0,0598	0,0064	9,34 **	1,0616	1,4892	0,0183	0,0135	1,36	1,0185	1,1772
Tocantins	0,0582	0,0079	7,33 **	1,0599	1,4517	0,0780	0,0163	4,79 **	1,0811	1,2319
zzSão Paulo										
Tamanho de cidade										
Capital - Região Metropolitana	-0,2113	0,0016	-133,73 **	0,8095	0,8126	-0,1532	0,0033	-46,28 **	0,8580	0,8334
Periféria - Região Metropolitana	0,0078	0,0016	4,89 **	1,0079	0,8424	-0,0261	0,0033	-7,89 **	0,9742	0,8840
Urbano Grande	-0,0226	0,0017	-13,45 **	0,9777	0,8930	0,0104	0,0035	3,01 **	1,0105	0,9344
Urbano Médio	0,0904	0,0015	61,08 **	1,0946	1,0358	0,0909	0,0030	30,00 **	1,0952	1,0526
Urbano Pequeno	0,1210	0,0019	65,05 **	1,1286	1,1054	0,0482	0,0039	12,52 **	1,0494	1,0448

Fonte: CPS/FGV processando os microdados do Censo Demográfico/IBGE

*Estatisticamente significativo ao Nível de Confiança de 90% **Estatisticamente significativo ao Nível de Confiança de 95%

Obs.: Variáveis Omitidas em ordem: mulher, não afro, até 15 anos de idade, São Paulo e rural

Tabela 3: Filtro Etário – Pessoas com mais de 67 anos
Pessoas com idade maior ou igual a 67 anos - Brasil

	População Total			Pessoas Portadoras de Deficiência			Pessoas não Portadoras de Deficiência		
	Pop. Tot	Comp. Vertical (%)	Comp. Horizontal (%)	Total	Comp. Vertical (%)	Comp. Horizontal (%)	Total	Comp. Vertical (%)	Comp. Horizontal (%)
Total	8374315	100,00	100,00	4690090	100,00	56,01	3684225	100,00	43,99
Situação do domicílio									
área urbanizada	6793494	81,12	100,00	3738393	79,71	55,03	3055101	82,92	44,97
área não urbanizada	46034	0,55	100,00	25268	0,54	54,89	20766	0,56	45,11
área urbanizada isolada	39287	0,47	100,00	22682	0,48	57,73	16605	0,45	42,27
área rural de extensão urbana	25117	0,30	100,00	14614	0,31	58,18	10503	0,29	41,82
aglomerado rural (povoado)	161578	1,93	100,00	107753	2,30	66,69	53825	1,46	33,31
aglomerado rural (núcleo)	2628	0,03	100,00	1626	0,03	61,87	1002	0,03	38,13
aglomerado rural (outros)	3647	0,04	100,00	2161	0,05	59,25	1486	0,04	40,75
área rural exclusive aglomerado rural	1302531	15,55	100,00	777594	16,58	59,70	524937	14,25	40,30
Sexo									
Masculino	3660986	43,72	100,00	2032046	43,33	55,51	1628940	44,21	44,49
Feminino	4713329	56,28	100,00	2658044	56,67	56,39	2055285	55,79	43,61
Faixa etária									
60 ou mais	8374315	100,00	100,00	4690090	100,00	56,01	3684225	100,00	43,99
Anos de Estudo									
Sem instrução ou menos de 1 ano	3313671	39,57	100,00	2146311	45,76	64,77	1167360	31,69	35,23
1 a 3	1906767	22,77	100,00	1102721	23,51	57,83	804046	21,82	42,17
4 a 7	1956045	23,36	100,00	956640	20,40	48,91	999405	27,13	51,09
8 a 11	832724	9,94	100,00	336065	7,17	40,36	496659	13,48	59,64
12 ou mais	112390	1,34	100,00	64441	1,37	57,34	47949	1,30	42,66
ignorado	252718	3,02	100,00	83912	1,79	33,20	168806	4,58	66,80
Estado Civil									
Casado(a)	3803734	45,42	100,00	1982560	42,27	52,12	1821174	49,43	47,88
Desquidado(a)	159301	1,90	100,00	83841	1,79	52,63	75460	2,05	47,37
Divorciado(a)	113082	1,35	100,00	55463	1,18	49,05	57619	1,56	50,95
Viúvo(a)	2988597	35,69	100,00	1775024	37,85	59,39	1213573	32,94	40,61
Solteiro(a)	1309602	15,64	100,00	793202	16,91	60,57	516400	14,02	39,43
Posição na Ocupação									
Desempregado	76426	0,91	100,00	35439	0,76	46,37	40987	1,11	53,63
Inativo	7211930	86,12	100,00	4174418	89,01	57,88	3037512	82,45	42,12
Funcionário Público	19570	0,23	100,00	6322	0,13	32,30	13248	0,36	67,70
Empregado com carteira	105298	1,26	100,00	33338	0,71	31,66	71960	1,95	68,34
Empregado sem carteira	176368	2,11	100,00	72000	1,54	40,82	104368	2,83	59,18
Conta-própria	501128	5,98	100,00	223857	4,77	44,67	277271	7,53	55,33
Empregador	67457	0,81	100,00	21519	0,46	31,90	45938	1,25	68,10
Não-remunerado	41565	0,50	100,00	19907	0,42	47,89	21658	0,59	52,11
Próprio consumo	174572	2,08	100,00	103290	2,20	59,17	71282	1,93	40,83
Contribuição para previdência									
Contribui	148934	1,78	100,00	54015	1,15	36,27	94919	2,58	63,73
Não contribui	593423	7,09	100,00	262216	5,59	44,19	331207	8,99	55,81

Fonte: CPS/ FGV processando os microdados do Censo Demográfico 2000/IBGE